

HABEAS CORPUS Nº 514.903 - ES (2019/0166498-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : J F DE S (INTERNADO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de J F DE S contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no julgamento do Agravo de Instrumento Criminal n. 0001142-86.2019.8.08.0030.

Consta dos autos que ao paciente foi aplicada medida socioeducativa de internação, em razão de condenação pela prática de ato infracional análogo ao crime do homicídio qualificado tentado.

O Juízo de 1º grau, em decisão de reavaliação, determinou a progressão do paciente, aplicando-lhe a medida de liberdade assistida, conforme se verifica da decisão de fls. 20/21.

Contra essa decisão, o representante do *Parquet* interpôs agravo de instrumento, o qual foi provido pelo Tribunal *a quo*, para restabelecer a medida de internação, por acórdão que traz a seguinte ementa (fl. 11):

ACÓRDÃO

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ECIAD. PROGRESSÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. NÃO CABIMENTO. RECURSO PROVIDO. 1. No julgamento do HC 143.988, o Supremo Tribunal Federal considerou a gravidade da situação dos internos, mas em momento algum admitiu a irresponsabilização dos mesmos. 2. O juízo não tentou empregar quaisquer das outras medidas explicitadas, tais como transferência de unidade ou Internação domiciliar, motivo pelo qual, progredir o adolescente de medida seria afastar-lhe da possibilidade de compreender efetivamente o processo de ressocialização. 3. Recurso provido.

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública aponta constrangimento ilegal em razão do restabelecimento da medida de internação, aos argumentos de que o laudo apresentado pela equipe técnica apontou a possibilidade de progressão da medida; a gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não devem ser fatores que justifiquem a manutenção da medida mais gravosa, nos termos do disposto no art. 42 do SINASE; não é o caso de progressão da medida apenas pelo cumprimento da decisão proferida no HC n. 143.988/ES, baseado na existência de estabelecimentos superlotados, mas *de cumprir o laudo técnico que estabelece a necessidade da progressão* (fl. 9).

Diante disso, pede, liminarmente, a suspensão do acórdão e, no mérito, sua anulação *em vista a ausência de fundamentação válida para sustentar a restauração de medida socioeducativa de internação* (fl. 10), restabelecendo-se a decisão proferida pelo Juízo de 1º grau.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, especialmente se considerados os fundamentos apresentados pelo acórdão impugnado, os quais indicam a gravidade concreta da conduta praticada pelo paciente, bem como o seu histórico infracional.

Ademais, o pedido liminar se confunde com o próprio mérito recursal, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações atualizadas ao Juízo de primeiro grau acerca da situação do paciente, com a remessa do relatório psicossocial e da senha para acesso ao andamento processual constante da página eletrônica, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

